

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

PINTO FERREIRA

I. Os conceitos de Globalização e Neoliberalismo

A globalização é uma realidade e um atrativo na virada do século para o terceiro milênio. Ela significa a mundialização ou a internacionalização conduzindo à livre circulação do capital em escala planetária, razão pela qual é também conhecida pelo nome de mundialização. Ela está acoplada com o neoliberalismo, porém são realidades que pertencem à mesma essência, uma no plano econômico e outra no plano político.

O neoliberalismo nasceu na Inglaterra e nos Estados Unidos. O neoliberalismo iniciado por Reagan na Norte América se baseou na famosa *Curva de Laffer*, consubstanciada nesta orientação: moeda estável, imposto baixo, pleno emprego, mercado livre.

O neoliberalismo foi porém adulterado nos países emergentes. Nestes têm alguns traços marcantes, se caracterizando com o enxugamento do Estado, a privatização, a extinção dos monopólios e das estatais, a restrição aos direitos sociais, inclusive de direitos adquiridos individuais, o desconhecimento dos direitos da quarta geração, a economia de mercado, a livre concorrência, a puxada altista dos juros, a dolarização da economia, baseada na âncora cambial.

O neoliberalismo não teve eficiência nos países em desenvolvimento em que foi implantado, como o México, a Venezuela, a Argentina, entre outros.

O neoliberalismo fracassou, afundando o México em uma crise sem precedentes e o transformando no país que mais deve na América Latina, depois que para procurar esquivar-se desta crise, tomou 50 bilhões de dólares emprestados aos Estados Unidos, dando como garantia as suas reservas de petróleo. O México foi tido como a jóia mais deslumbrante da vitrine do neoliberalismo, mas era uma jóia falsa. Aniquilou a sua própria soberania. Por isso é que alguns dos mais lúcidos intérpretes e mestres do neoliberalismo

procuram reajustá-lo com toques sociais, mediante uma reformulação que o aproxima da democracia social.

O neoliberalismo também falhou na Rússia. O povo russo tem sofrido muito na sua trajetória política. O advento do bolchevismo e a criação da União Soviética aconteceu depois de uma revolução violenta e de uma guerra civil sacrificando cerca de 20 milhões de pessoas, incluindo a fina flor da guarda bolchevique ligada inicialmente à Revolução com Trotsky, Bucharin, Kamenev, Zinoviev e tantos outros. Durante a Segunda Guerra Mundial cerca de 80% da máquina militar nazista, voltada contra a invasão do território russo, envolveu o sacrifício de outras 20 milhões de pessoas. O regime socialista soviético falhou e se organizou à Comunidade de Estados Independentes (CEI), se implantando também uma economia de mercado e um neoliberalismo que fracassaram. O governo russo com Yeltsin, buscando superar a crise, elaborou um pacote econômico que ecoou como uma bomba atingindo a Meca do capitalismo internacional, Wall Street, com um mergulho suicida da bolsa.

Tal pacote incluiu várias medidas dramáticas, começou com uma moratória de vários anos podendo ser prorrogada, proibindo que as empresas privadas russas pagassem as suas dívidas ao estrangeiro, isto no valor de 32 bilhões de dólares. Ao lado disto o governo russo substituiu os seus títulos que deviam ser pagos em 1999 por títulos que seriam pagos somente depois de 5 anos, sem juros e sem correção monetária. Isto inclui na prática um confisco de 40 bilhões sobre as economias do cidadão.

Foi a segunda moratória russa porque Lenine no início da revolução bolchevista, também aboliu a dívida externa por completo e decretou uma moratória.

Quando se iniciou a crise financeira recente de agosto o governo russo tinha US\$ 13,600 bilhões de reservas mundiais, assim muito menos que o Brasil que tinha na época aproximadamente de 70 bilhões de dólares em reservas mundiais.

Esta crise provocou uma turbulência generalizada no mercado financeiro internacional e uma puxada baixista das ações. O Brasil também sofreu esta turbulência, a princípio com a crise financeira asiática e depois com a turbulência maior do neoliberalismo russo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu superar parcialmente tal crise, menor do que em outras nações emergentes, com seus talentos e manhas. O Brasil é a 9ª potência financeira mundial, ocupa o 38º lugar em renda per capita no mundo, embora sendo a nação que paga maior tributo e tem a maior carga tributária entre as nações emergentes de sua faixa, que é de 5.000 dólares per capita. Todas as nações nesta faixa pagam 20% de carga

tributária, o Brasil pagava 31% em 1997, conforme cálculo do Ministro Mailson da Nóbrega, e atualmente 32% conforme cálculo do ex-Ministro Delfin Neto. Esta alta carga tributária é uma força paralisante na indústria e no comércio e uma barreira para o comércio exportador nacional.

2. Análise da crise brasileira

Atualmente o País busca fugir e superar esta trepidação e esta turbulência do mercado financeiro. Adotando medidas conducentes a esta finalidade, especialmente a puxada altista dos juros e possivelmente o aumento da carga tributária, visto que está ainda em tramitação no Congresso uma emenda para alteração dos arts. 145 a 162, que se refere ao regime tributário.

Na reforma sempre há um núcleo de aumento da carga tributária.

O país se envolveu atualmente na onda de globalização. É possível também distinguir duas espécies de globalização: a globalização progressista que é própria dos países desenvolvidos, por uma dialética de negatividade, a globalização neocolonialista, própria dos países emergentes, com este nome simbólico para caracterizar as antigas nações coloniais. A globalização é útil para os países hegemônicos, porém apresenta vantagem na modernização e risco para a economia dos países emergentes.

Cabe lembrar as oportunidades e o risco da globalização, acentuados no estudo coletivo *Law and State* (Tuebingen, 1996), tendo por foco a globalização, com ensaios de diversos autores, como Boutros Boutros-Ghali e outros analistas. Eles acentuam que “a globalização envolve ao mesmo tempo oportunidades e também infelizmente riscos”. As oportunidades são mais para os países mais desenvolvidos e os riscos para os países em desenvolvimento, mediante a globalização da sociedade mundial. As oportunidades são sobretudo para os países hegemônicos e os riscos para os países periféricos, ameaçando a soberania nacional.

O Plano Real é o modelo que surgiu de Israel e depois aplicado em diversos países, e que teve o seu sucesso no Brasil, porque o povo apreciou a estabilidade da moeda, mas tem o calcanhar de Aquiles que é o desemprego. É chegada assim a ocasião de fazer uma mudança na nossa economia a fim de ajustá-la a superar tal crise corrigindo o Plano Real para obter o objetivo final da estabilização monetária que é o desenvolvimento econômico com equilíbrio externo e interno.

A respeito escreve Delfin Neto em seu artigo *Direitos Iguais, já!*, publicado na Revista Carta Capital, ano 4, v. 81, de 2 de setembro de 1998: “Essas falhas forçam a economia brasileira a pagar elevado preço pela estabilidade

conquistada. A sua correição não provocaria a falta da inflação, mas daria maior racionalidade à evolução dos preços a principais deficiências são as armadilhas cambial e o crescente déficit fiscal”.

À evidência a desvalorização do câmbio engendrou o desestimulou a exportação e o aumento das importações, tumultuada ainda pela turbulências das tarifas alfandegárias. Daí resultou o saldo comercial negativo. Como desdobramento o saldo negativo da balança de pagamentos, hoje o Brasil deve aproximadamente 130 bilhões de dívida externa, pagamento 20 bilhões de juros, lucros, investimentos, royalties, por ano, isto é, a soma assustadora de mais de 1 bilhão por mês e 30 milhões por dia.

Assim sendo conclui Delfin Neto: “Para sustentar a sobrevalorização cambial, a real âncora do Plano passou a ser o desemprego”.

Para superar a crise do desemprego o Brasil deve ter uma taxa de 6% de crescimento econômico, equivalente a 2,5 de oferta de trabalho e 3,5 de aumento de produtividade.

Há muitos anos atrás, ainda na minha juventude acadêmica passei numa livraria e aí comprei o livro de Gustavo Barroso intitulado *O Brasil, colônia de banqueiros*, publicado em 1934 e onde fazia comentários sobre o perigo do endividamento externo descontrolado, com juros elevados e extorsivos. O Brasil Império terminou com a dívida externa de 30 milhes de libras, equivalente a um milhão de contos de réis, numa época em que o orçamento do Império era de 150 mil reis, conforme dados publicados com Rui Barbosa na sua polêmica com o Visconde de Ouro Preto, último Ministro da Fazenda do Império, a República terminou com a dívida externa de 240 milhões de libras, oito vezes maior. O governo João Goulart terminou com 3 bilhões de dólares, o dólar passou a ser a moeda de liquidez internacional; o governo militar com cerca de 90 bilhões e atualmente se estima em quase 130 bilhões. Quanto mais se paga, mais se deve.

Pois bem, depois de tanto tempo Delfin Neto escreve em seu artigo pré-citado: assistimos “em nome de uma falsa modernização a redução do País à triste condição de colônia do mercado financeiro internacional”. O Brasil é assim um refém do mercado financeiro internacional. É que os nossos economistas, embora com talento e inteligência têm uma falsa formação acadêmica, não se podendo mais tolerar que o interesse nacional ou o chamado Risco Brasil seja definido por burocratas sem mandato parlamentar, pervertidos por uma formação acadêmica alienada e distorcida ideologicamente, porém vendida com uma última palavra de uma nova ciência econômica. Trata-se de uma alienação ideológica, a palavra alienação tendo um sentido filosófico e não psiquiátrica empregada pela primeira vez por Hegel em sua **Fenomenologia**

do espírito, publicada em 1809 e depois incorporada em arsenal filosófico do marxismo. A alienação é o divórcio com a realidade ou a distorção da realidade.

Sobre a globalização escreve Paulo Bonavides no seu estudo **A Globalização que interessa** (na Revista Brasileira de Letras Jurídicas, nº 10, 1996):

“O Brasil está sendo empurrado para a utopia deste fim de século: a globalização do neoliberalismo, extraída da globalização econômica. O neoliberalismo cria mais problemas do que os que intenta resolver. Sua filosofia do poder é negativa, porquanto se move de certa maneira rumo à dissolução do Estado nacional, afrouxando os laços de soberania e ao mesmo passo doutrinando uma falsa despolitização da economia”.

Entretanto também há uma outra globalização política que se desenvolve, como a única que realmente interessa aos países periféricos, e sobre a qual a ideologia neoliberal não possui jurisdição.

Globalizar direitos fundamentais significa a sua universalização ou a sua mundialização no campo institucional. A globalização política na esfera da normatividade jurídica introduz os direitos da quarta geração relembra Paulo Bonavides, que correspondem à derradeira fase de institucionalização do Estado social.

São direitos da quarta geração: o desenvolvimento, a democracia, o direito à informação, o direito ao pluralismo e o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado.

A democracia concretizada ou positivada com o chamado direito da quarta geração, deve modelar-se como uma democracia direta de nova forma, possibilitada pelos avanços da tecnologia, da comunicação, da informática, com a legitimidade viável mediante a informação correta e as aberturas pluralistas do sistema, sem a influência da mídia e da multimídia contaminadoras.

Acentua Paulo Bonavides: “Da globalização econômica e da globalização cultural, muito tempos ouvido falar. Da globalização política só nos chega, porém o silêncio e o subterfúgio neoliberal da engenharia do Estado e da sociedade”.